

Comunicação ascendente e território usado: a Rede de Comunicadores Indígenas Wayuri¹

Mariana Ohara²
Leonardo Trivellato³
Gustavo Arruda⁴

Resumo

A compreensão da comunicação como direito humano deve considerar as dinâmicas territoriais como elemento importante na análise das redes e sistemas que permitem a circulação das informações. Não se pode dissociar o conteúdo técnico do conteúdo social dos objetos que compõem as redes de informação. Nesse sentido, a apresentação, sistematização e análise do funcionamento da Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas do Alto do Rio Negro-AM, que é construída a partir de redes de reciprocidade numa estrutura de baixo para cima – na chamada comunicação ascendente – para produzir e disseminar informação, propõe a indissociabilidade da produção do sentido da materialidade construída, das relações sociais e da configuração territorial em si – pelo direito à comunicação dos povos originários. Essa rede evidencia outras perspectivas de organização da produção de informação em novas centralidades “descentralizadas” dos grandes centros e próximas à pluralidade de formas de vida, por uma distribuição territorialmente mais igualitária.

Palavras-chave: território usado; comunicação ascendente; redes; Rede Wayuri.

¹ Artigo elaborado no âmbito da disciplina de *Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais*, da Universidade Federal do ABC, sob supervisão do prof. André Pasti.

² UFABC – mariana.ohara@aluno.ufabc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0509-7935>.

³ UFABC – leonardotrivellatopsi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9097-9109>.

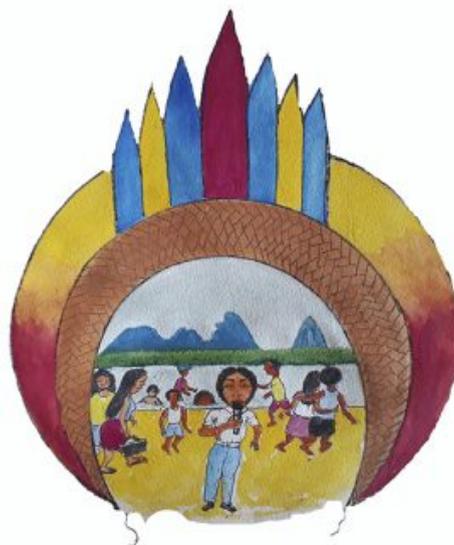
⁴ UFABC – gustavo.arruda@aluno.ufabc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1168-7871>.

Como citar este artigo: OHARA, Mariana; TRIVELLATO, Leonardo; ARRUDA, Gustavo. Comunicação ascendente e território usado: a Rede de Comunicadores Indígenas Wayuri. *Íandé: Ciências e Humanidades*, São Bernardo do Campo (SP), v. 8, n. 1, p. 3–21, 2024. DOI: 10.36942/iande.v8i1.1088.

Introdução

Esperamos melhorar nossa convivência porque antes a gente não sabia do que acontecia em outros lugares, das reuniões, festas, nadinha do que acontecia, então agora vai ser muito bom pra gente. Era muito ruim a gente ser o último a saber, e quando vinha alguém perguntando se a gente participou de um evento a gente não sabia. A gente tava boiando na história.

Crissiane Teixeira, do Povo Baré, correspondente da Rede de Comunicação Indígena do Rio Negro Wayuri



Símbolo da Rede Wayuri, pintado por Feliciano Lana, em Radler (2020).

Torna-se cada vez mais importante, com o crescente fluxo de informações e a instantaneidade com que elas circulam no atual período da globalização, se atentar às relações entre os veículos midiáticos e os territórios. Ao entender a comunicação enquanto um direito humano (Bandeira; Mendes; Pasti, 2023, p. 13), a tarefa de pensar as diferentes possibilidades de circulação de informações hoje possíveis perpassa a análise de distintas dinâmicas territoriais que ocorrem em diferentes tempos e escalas.

Assim, busca-se, neste artigo, compreender como mídia e território se relacionam através da análise dos fluxos de informação no espaço brasileiro e as diferentes formas de organização da mídia, objetivando tecer uma contraposição às estruturas hegemônicas a partir da comunicação popular e comunitária. Para realizar essa tarefa, partimos da compreensão e sistematização da Rede Wayuri de Comunicação Indígena, um veículo de informação que tem como proposta divulgar notícias importantes para os povos indígenas localizados ao longo das margens do Rio

Negro. A rede tem sede no município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, onde cerca de 93% da população é indígena (IBGE, 2023).

O objetivo é contrapor os modos de produção e difusão de informação da Rede Wayuri ao das grandes redes de mídia, que tem como característica o uso extensivo das redes de informação à serviço dos interesses dos atores hegemônicos, tanto em escala nacional quanto global. Em contrapartida, a Rede Wayuri apresenta uma alternativa em que a própria comunidade local possui agência sobre quais informações devem ser comunicadas no próprio território.

Território e informação: da violência da informação à comunicação ascendente

Nossa discussão se assenta num conceito de território que indica necessariamente as relações de poder existentes dentro de um determinado espaço. A compreensão das redes e sistemas técnicos territoriais também pode partir desses mesmos princípios, quando observadas as proposições de Leila Dias (2005), para quem não devemos separar os conteúdos técnicos dos objetos de seus conteúdos sociais — sendo necessário, pois, o estudo da *tecnopolítica* (Bruno *et al*, 2018) das redes para que se chegue a verdadeira compreensão do espaço habitado. Como afirma Santos (2000, p. 26),

a técnica não pode ser vista como um dado absoluto, mas como técnica já relativizada, isto é, tal como usada pelo homem. As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente.

Nesse sentido, é ainda mais importante ressaltar a conceituação do território usado enquanto espaço habitado – um híbrido, onde a materialidade do meio condiciona a ação social, mas também é constantemente transformada por ela (Santos, 2005, p. 255). Assim, devemos compreender a constante transformação do conteúdo social do território de acordo com os momentos históricos.

Evidencia-se a importância da dimensão social do espaço habitado — a dimensão da *psicosfera*, que circunscreve os sentidos que são dados aos objetos e sistema técnicos — assim como sua materialidade, cada vez mais artificial — sua *tecnosfera*, a dimensão da configuração territorial a ser mobilizada pela sociedade em seus projetos e que assim, também a condiciona (Santos, 2006). Desse modo, os sistemas de comunicação surgem como aspecto central do entendimento do espaço, considerando tanto as infraestruturas físicas que os comportam quanto seus modos de uso, controle e, portanto, poder (Raffestin, 1993).

A construção de tal referencial teórico está estreitamente ligada ao contexto da globalização e as transformações significativas vistas nos territórios a partir da ascensão das tecnologias e modos de funcionamento globalizados, surgidas da revolução técnico-científico-informacional. A

evolução dos meios de transporte e as tecnologias recém-criadas dentro do processo de globalização culminaram num processo de redução das distâncias espaciais efetiva e na convergência dos momentos (Santos, 2000). A comunicação pode, hoje, se concretizar instantaneamente, independente da distância entre quem se comunica, ainda que se mantenham desigualdades históricas nas dinâmicas espaciais. Apesar da possibilidade da comunicação, de relações e dinâmicas efetuadas pelas redes ao redor do planeta, o acesso a esse meio não é igualmente proporcionado no contexto e nas estruturas atuais.

Há um poder hegemônico que constroi, usa e domina o acesso às redes, enquanto uma grande parcela a usa de forma controlada e vigiada, e outra que é quase totalmente privada de seus benefícios. Nesse contexto, os veículos e mídias de comunicação e de informação, com papéis cada vez mais relevantes na mundialização, se organizam também a partir dessa estrutura — veículos hegemônicos e veículos contra-hegemônicos, aqueles impondo suas pautas e seus interesses, enquanto estes lutam por maior visibilidade. Como afirma Santos (2000, p. 20):

As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

A discussão em torno das redes técnicas, entre as principais a da informação e comunicação, envolve necessariamente as escalas de poder existentes dentro dos territórios (Raffestin, 1993). Podemos ver como dinâmicas da escala global impõem seus interesses aos territórios nacionais e principalmente aos territórios locais. Ao longo da história, diferentes processos foram responsáveis por moldar os territórios e suas relações de poder.

Os conglomerados internacionais de mídia exercem papel central nessa dinâmica, ao imporem sob diversos lugares do mundo visões construídas nos nós centrais das redes de comunicação globais, os países do Norte. Caracteriza-se, pois, um cenário de concentração e imposição da informação e da comunicação no mundo, em que *verticalidades* atingem os lugares, transformando radicalmente sua organização, ao mesmo tempo que se mantém os laços solidários da contiguidade, suas *horizontalidades* (Santos, 2006). Sobre isso, Santos questiona:

A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso. Como ele é utilizado por um número reduzido de atores, devemos distinguir entre a noção de fluidez potencial e a noção de fluidez efetiva. Se a técnica cria aparentemente para todos a possibilidade da fluidez, quem, todavia, é fluido realmente? Que empresas são realmente fluidas? Que pessoas? Quem, de fato, utiliza em seu favor esse tempo real? A quem, realmente, cabe a mais-valia

criada a partir dessa nova possibilidade de utilização do tempo? Quem pode e quem não pode? (Santos, 2000, p. 28-29).

O império da informação, sob os novos modos de funcionamento do mundo em razão do advento de novas tecnologias globalizadas, institui nova lógica na medida em que se expande o novo meio técnico-científico-informacional. Num contexto de constante aumento da circulação, os lugares se diferenciam por suas densidades técnicas, informacionais e comunicacionais. Sob essa lógica incide a dinâmica de concentração dos meios de comunicação, dadas as heranças da construção de um sistema-rede global a partir dos interesses lucrativos dos conglomerados do Norte. Toda essa configuração — quando mobilizada pelos interesses capitalistas da comunicação enquanto negócio — motiva o que Santos denomina a *violência da informação* (Santos, 2000, p. 39), característica da crescente necessidade de acesso à informação e a cada vez maior concentração midiática que dá maior poder de manipulação da informação noticiosa e controle dos fluxos comunicacionais do mundo. Reitera-se, mais uma vez, a importância da compreensão da relação entre mídia e o território usado. Dirá Santos:

O homem moderno é, talvez, mais desamparado que os seus antepassados, pelo fato de viver em uma sociedade informacional que, entretanto, lhe recusa o direito a se informar. A informação é privilégio do aparelho do Estado e dos grupos econômicos hegemônicos, constituindo uma estrutura piramidal. No topo, ficam os que podem captar as informações, orientá-las a um centro coletor, que as seleciona, organiza e redistribui em função do seu interesse próprio. Para os demais não há, praticamente, caminho de ida e volta. São apenas receptores, sobretudo os menos capazes de decifrar os sinais e os códigos com que a mídia trabalha. Por isso, conforme desde os anos 70 já indicava Aníbal Quijano (1972, p. 100), *‘os pobres são muito mais receptores que produtores de informação, especialmente quando se trata das formas e canais de comunicação organizados de maneira formal’* (Santos, 2007, p. 155).

Nesse sentido, é importante ressaltar o contexto dos meios de comunicação no Brasil. A estrutura que aqui se construiu foi bastante concentrada, característica que não se alterou com as inovações que se processaram nesse meio. Dos jornais e rádios às mídias de televisão e veículos de informação online, a concentração sempre esteve presente. A necessária regulação é impedida pelos próprios veículos hegemônicos, que propagam a ideia de que a regulação representa uma censura à criação e acesso à informação. Além disso, as leis e normas existentes, já insuficientes, são constantemente desrespeitadas, diretamente ou através de dribles jurídicos. O que se observa é um controle político, econômico e religioso de grande parte da mídia tradicional do país (Le Monde Diplomatique, 2021). Percebe-se, através dessa contextualização geral, as inúmeras dinâmicas que acontecem concomitantemente nos territórios, sendo diversas delas possíveis e realizadas por meio das redes técnicas.

A *comunicação ascendente* (Pasti, 2021) é aquela que propõe uma dinâmica de fluxos de informação que ascende, encontrando-se circunscrita às horizontalidades do lugar e baseada nas

trocas do compartilhamento dos cotidianos. Situada essa tensão entre o modelo econômico (aqui representado pela mídia que serve aos interesses das grandes corporações) e o modelo cívico do território (aqui representado pela comunicação alternativa, popular e comunitária) — a informação constitui-se de um lado, como negócio e na prática da comunicação ascendente, como direito (Santos, 2007).

A vertente da comunicação denominada comunicação alternativa, popular e comunitária abarca variações internas, de acordo com os agentes organizadores e o envolvimento ativo daqueles que pertencem à comunidade. Enquanto categoria abrangente, nomeiam o conjunto de iniciativas de comunicação cujos conteúdos, formatos, sistemas de gestão e compromisso com o interesse público são variáveis-chave para a identificação, importando “o conjunto da práxis e o significado que tem para a comunidade” (Peruzzo, 2009, p.140), em que a horizontalidade está relacionada à produção, emissão e recepção dos conteúdos.

Enquanto projeto de longo prazo, Vinelli (2017) identifica pontos em comum do conjunto de práticas da comunicação alternativa, que perpassam o compromisso com os interesses das classes populares, busca da visibilidade às vozes silenciadas ou distorcidas pela mídia hegemônica, relacionando-se e/ou inseridas em movimentos sociais e organizações políticas populares e de trabalhadores - propondo o paradigma de comunicação como bem social e direito. Assim, busca romper com a comunicação unidirecional, constituindo propriedade coletiva, cuja programação e agenda são definidos por princípios relacionais de proximidade.

A comunicação ascendente baseia-se em forte vínculo territorial (Pasti, 2021) e é a partir dele que se estrutura, disputando os sentidos do território - a psicosfera (Santos, 2006). O vínculo dos meios de comunicação com o lugar se dá através da continuidade territorial da vizinhança e das dinâmicas locais, ou seja, baseia-se nas horizontalidades para estabelecer as formas de produção, disseminação e gestão das informações (Santos, 2006; Pasti, 2021).

Mídia brasileira: da concentração às alternativas

O processo de regulação híbrida dos territórios — com a participação dos grandes grupos corporativos, além da ação estatal, na atividade de regulação social (Antas Jr., 2006, p. 172) —, aprofundado com a emergência da comunicação através das plataformas digitais, traz complexidade ao cenário de concentração midiática no Brasil. Se as concessões públicas de radiodifusão já haviam sido feitas contrariando a legislação vigente (que proibia capital estrangeiro em empresas nacionais), ocasionando um dos cenários de maior concentração no mundo, com apenas cinco grupos de comunicação detendo a propriedade de 26 dos 50 veículos de maior audiência no Brasil (MOM-Brasil, 2017), a utilização dos serviços privados das gigantes de tecnologia por parte do setor público (Bandeira; Mendes; Pasti, 2023, p. 11) adiciona, atualmente, uma nova camada ao problema, com a ascensão de monopólios digitais.

As concessões da radiodifusão no Brasil se caracterizam não só pela concentração em poucos grupos de comunicação, com os proprietários sendo mantidos hereditariamente numa mesma família, como pela altíssima incidência de emissoras sob posse de políticos e entidades religiosas. Enquanto de 2003 a 2018 o número de emissoras vinculadas a políticos permaneceu estagnado, quintuplicou o número de emissoras vinculadas a entidades religiosas, estabelecendo um cenário em que, no ano de 2021, 36,5% das emissoras estavam vinculadas à políticos⁵ e 42,7% vinculadas às entidades religiosas (Aires; dos Santos, 2023). Desde a redemocratização do país, em 1985, até o ano de 2020, 75% dos presidentes do Senado Federal e 56,2% dos presidentes da Câmara dos Deputados eram donos de mídia e/ou tinham parentesco com donos de empresas de comunicação (Araújo Pinto, 2023, p. 49), apesar do artigo 54 da Constituição Federal proibir que políticos possuam concessão de rádio e TV (Westrup; Mota; Dias, 2021).

Soma-se à relação entre mídia e política os interesses econômicos verticalmente colocados no território nacional. As notícias lidas no Sul-global são predominantemente fornecidas por agências de notícias sediadas no Norte-global, revelando o papel da comunicação no processo colonial de dominação (Bandeira; Mendes; Pasti, 2023, p. 15). Com o atual cenário geopolítico — ressaltando-se o fim da bipolaridade da Guerra Fria e a ascensão do neoliberalismo —, há a legitimação do receituário neoliberal como algo técnico e moralmente neutro e o rebaixamento de suas divergências teóricas à comportamentos infantis (Safatle, 2021), possibilitando que situações como o uso de mais da metade do orçamento anual do governo para campanhas publicitárias para a divulgação e aprovação da reforma da previdência, como fez o governo Temer em 2017 (Pasti, 2023, p. 39), não gerassem alarde e reprovação das mídias hegemônicas.

Ao aprofundamento das políticas de ataque à comunicação pública e de continuidade do processo de concentração midiático do governo de Jair Bolsonaro eram esperadas medidas opostas do atual governo Lula. Contudo, as promessas de campanha afirmando a necessidade da regulação para combater a “espoliação de meia dúzia de famílias que mandam na comunicação brasileira” contrastam com a efetiva sanção de projeto de lei que altera a legislação e permite que cada empresa ou entidade privada acumule até 20 concessões de TV — antes sendo permitidas a metade do novo valor (Mielke, 2024). Percebe-se, portanto, a falta de força política do atual governo para fazer valer as vontades da base social que o elegeram, revelando ainda mais o caráter antidemocrático da concentração midiática brasileira.

Diante desse cenário, urge a necessidade de nos atentarmos às alternativas que a comunicação popular apresenta. Como bem pontuou Vernek (2023, p. 300):

⁵ O resultado desse conflito de interesses entre a mídia e a política pode ser exemplificado pelo caso em que, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e o início da gestão de Michel Temer, houve um aumento desproporcional - em comparação com a audiência - da destinação de verbas para veículos que apoiaram o impeachment naquele ano (O Cafezinho *apud* Pasti, 2023).

Em oposição à concentração da propriedade da mídia, que impõe à sociedade uma cultura de massa orientada ao consumo, a comunicação popular ou comunitária articula os lugares em suas relações solidárias e conflituosas. Trata-se de uma informação pautada na soberania do território, envolvendo inúmeras disputas técnicas, políticas e narrativas em torno da agenda democrática de direitos.

A busca pela informação pautada na soberania do território constitui, assim, uma das características centrais da Rede de Comunicadores Indígenas Wayuri.

Rede Wayuri: comunicação ascendente em redes de reciprocidade

A Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas do Rio Negro pratica a mensagem que é trazida no próprio nome, que significa “trabalho coletivo”. Criada em novembro de 2017, a rede é formada por aproximadamente 30 comunicadores indígenas pertencentes a onze etnias do Rio Negro, no Amazonas (FOIRN, 2022). A criação da Rede foi uma forma da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro — FOIRN fortalecer a comunicação regional entre povos e para com o resto do Brasil e mundo. As produções são em formato de vídeos, lives e boletins informativos de áudio (ou podcasts), que eram produzidos mensalmente, com um aumento progressivo até alcançar um ritmo semanal em meados de 2020. Em suas próprias palavras:

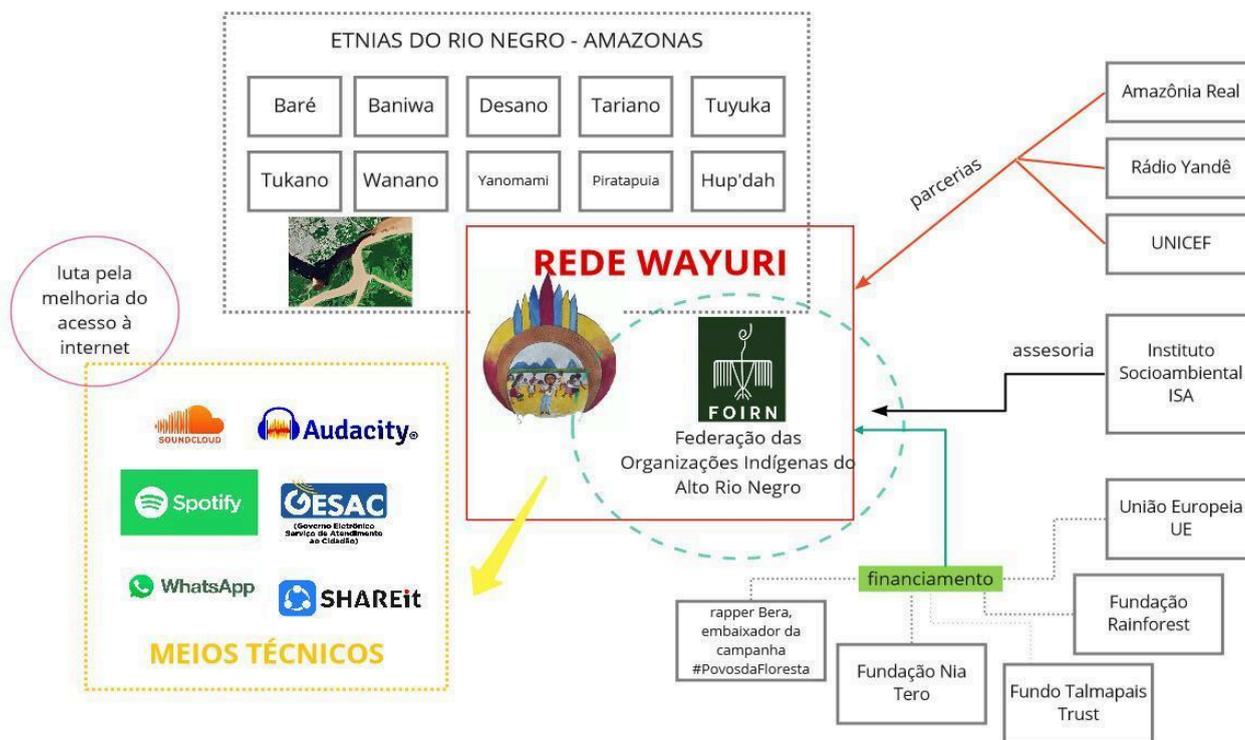
Atualmente, a Rede Wayuri de Comunicação Indígena circula informações pelas redes sociais, como vídeos, fotos, lives, áudios e textos, fortalecendo a autonomia dos povos indígenas a partir da produção de suas próprias narrativas. Os comunicadores também têm a missão de combater as fake news produzidas contra os povos indígenas, lutando contra os estereótipos, preconceitos e fofocas muitas vezes produzidas com o intuito de distorcer a realidade e ferir a imagem dos povos indígenas visando interesses econômicos e políticos. (FOIRN, 2021, s/p).

A centralidade e origem da rede surge a partir da FOIRN, federação cujo objetivo principal de sua criação era a luta pela demarcação das terras originárias e hoje trabalha para a defesa da terra e da cultura dos povos indígenas da parte mais preservada da Amazônia. Com sede em São Gabriel da Cachoeira, localizado a 850 km de Manaus, lugar que é um dos principais nós da rede de organização e reivindicação da luta pelos direitos dos povos indígenas.

A Federação tem como linhas de atuação a “Economia Indígena Sustentável”, o “Monitoramento Ambiental e Climático da Bacia do Rio Negro”, a “Governança Territorial e Ambiental” e o “Fortalecimento de Associações”. Uma produção essencial feita por eles é também o censo demográfico e regional, que permite dar continuidade aos demais projetos como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), a Rede de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aimas) e o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Já a Rede de

Comunicadores Indígenas do Rio Negro, nasceu em uma oficina organizada pela FOIRN e hoje em dia leva informação para todas as 750 comunidades da região, além de amplificar essas vozes ao Brasil e ao mundo ao integrar-se no meio virtual e nas nuvens de informação.

Figura 1. Diagrama síntese da Rede Wayuri em 2021, indicando seus agentes e interrelações.



Elaboração própria. Fonte: ISA, 2018, 2020; FOIRN, 2020; Wayuri, 2021.

Um verdadeiro entrelaçado de cooperação é estabelecido entre as comunidades, que envolvem outras organizações em relações de parcerias, assessoria ou financiamento (Figura 1), porém o núcleo central da Rede Wayuri é horizontal, a reunião dos vizinhos em seu lugar de convivência: o espaço banal, onde a vida acontece. Há trocas permanentes e as dinâmicas de produção são cooperativas, o todo se refaz permanentemente enquanto as partes se transformam e assim transformam o todo em um ciclo de aprendizado. Ocorrem constantes intercâmbios com outras redes e coletivos, de oficinas a eventos, além da produção coberturas especiais de mobilizações nacionais como o ATL (Acampamento Terra Livre), assim como de reuniões, eventos culturais e assembleias das comunidades e suas associações de base.

A diversidade da comunidade Wayuri é representada também pela diversidade de línguas além do português que são faladas nos programas, destacando as quatro co-oficializadas do município sede: tukano, baniwa, nheengatu e yanomami. O resgate linguístico, ampliação do debate sobre os direitos dos povos originários e combate à “parte das mentiras e inverdades contadas pela grande mídia e que acabam sendo vistas como verdadeiras” (Lozovei, 2021) apontam para a inseparabilidade das dinâmicas socioculturais e da estrutura de produção da informação, caracterizando a comunicação ascendente.

Dinâmicas de produção da informação e críticas sobre os meios técnicos

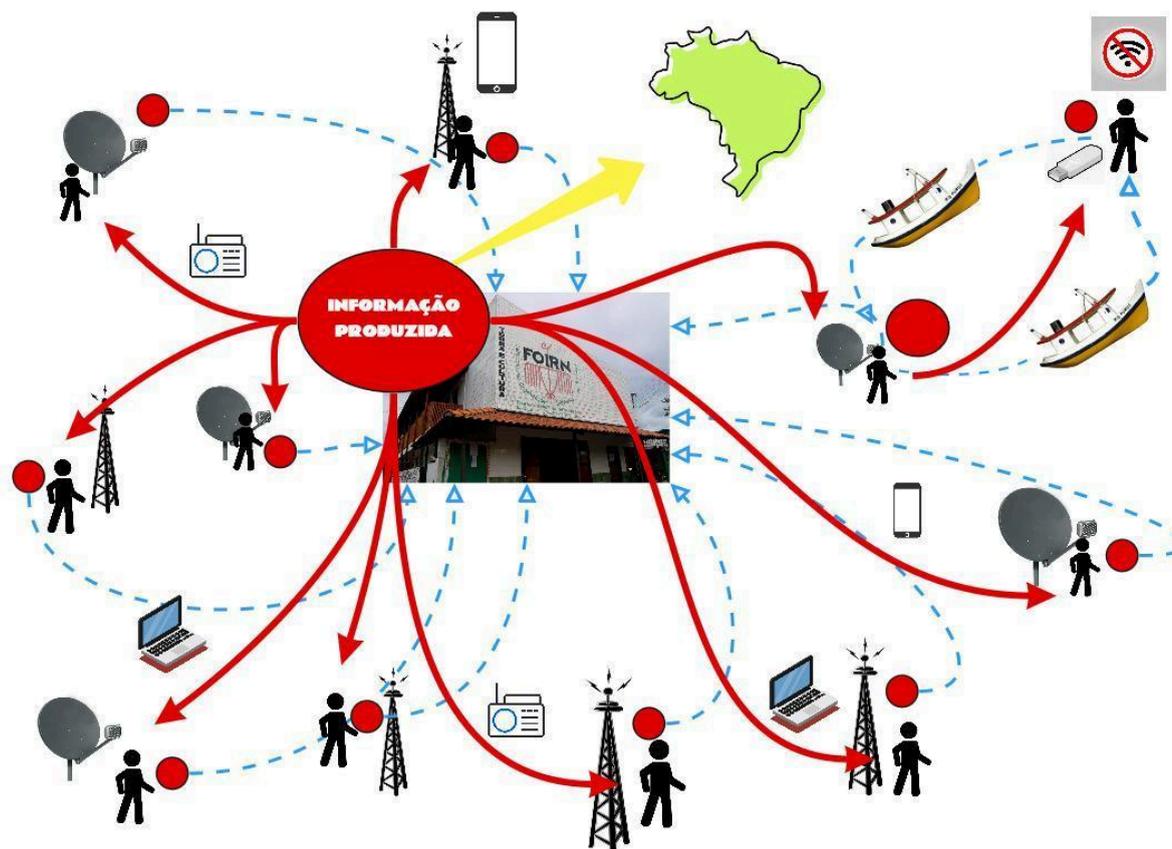
“Quanto mais longe dos centros de poder, mais difícil é ouvir a própria voz” (Santos, 2007, p. 118). Ao pensar a distribuição desigual da informação, Milton Santos infere assertivamente que a distância geográfica se multiplica pela distância política, apontando para alguns aspectos que se desenrolam: de que a cidade grande detém o monopólio da informação; que, para além de sua produção, um programa institucional para as mídias requer apoio técnico, diversas economias externas e acesso ampliado a inovações tanto no âmbito nacional quanto internacional. Aqueles que dispõem dos canais de comunicação “descem aos indivíduos, ao passo que estes não podem fazer subir suas aspirações até eles” (Santos, 2007, p. 118).

A subversão dessa lógica de cima para baixo ocorre a partir da criação de uma nova centralidade de captação e dispersão da informação, como na Rede Wayuri, representada pela FOIRN, centro esse que não reduz a voz dos demais nós da rede mas sim desempenha papel de articulador entre diversos pontos, como ilustrado na Figura 2. Essa co-produção se dá de forma que uns se comunicam com outros: ao mesmo tempo em que produzem suas informações, recebem a dos demais em fluxo de multiplicação. O nexos único que interliga todos os agentes têm como tónus a horizontalidade das relações, tecendo sobre o território indígena do Rio Negro uma trama de fluxos que potencializam as ações locais, a narrativa não é disputada mas sim somatizada à união de identidades distintas, amplificando-se.

A prática da produção e difusão da informação pela Rede de Comunicadores Indígenas possui camadas que se sobrepõem criando o que eles próprios chamaram de “um jeito nosso do Rio Negro de produzir informação”. Os correspondentes localizados em suas respectivas comunidades ao longo do Rio Negro e em toda a região coletam e repassam as falas, relatos, demandas aos interlocutores que enviam à sede da FOIRN, onde os editores compilam essa diversidade de notícias e debates em áudios que são distribuído via internet (Whatsapp e Soundcloud), radiofonia, rádio FM e compartilhamento via Bluetooth e ShareIT, retornando a informação coletiva às unidades locais que contribuíram com sua a produção.

O uso dos meios técnicos pela Wayuri perpassa a produção de sentido na materialidade. Como Crissiane Teixeira — correspondente da Wayuri — coloca, a expectativa é de melhorar a convivência a partir da difusão da informação da rede pelos meios técnicos (FOIRN, 2019; 2020), ou seja, o território é transformado em conjunto às relações sociais uma vez que os objetos e as ações em sistema estabelecem relação indissociável.

Figura 2. Ilustração da rede de captação, produção e distribuição da informação Wayuri - 2021



Elaboração própria. Fonte: Wayuri, 2021; FOIRN, 2020.

A questão técnica não passa despercebida e os meios técnicos e modos de fazer são constantemente refletidos e aprimorados nas Oficinas de Formação da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, perguntando-se: que sentidos podemos promover com certas intervenções? O que precisa ser melhorado, modificado?

Como o documentário Freenet (2016) demonstra, mudança nas dinâmicas de poder sobre a informação vem junto com o acesso à internet e redes de compartilhamento de informação. Assim como na Comunidade de Caramuri, cuja luta pelo acesso à internet é acompanhada, assim que conquistada ela foi usada para demandar asfalto na estrada local, assim, pensamos na existência completa a partir do acesso à internet, utilizando-a para demandar mudanças na materialidade do território e praticando o exercício da consciência política. Nos cartazes escritos como “Caramuri existe!” chamam a atenção para esse aspecto, expondo-se ao mundo (Freenet, 2016). No caso das comunidades da Rede Wayuri, na região do Rio Negro, a situação de acesso à internet é de que, na área de 11,5 milhões de hectares, nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das sete Terras Indígenas (TIs) do Médio e Alto Rio Negro foram publicizadas as informações de que apenas 24,5% das comunidades possuem radiofonia na região e telefones públicos (orelhões) atendem somente a 8,5% das aldeias.

Porém, buscam-se alternativas estratégicas: “Nas comunidades onde não existe comunicação, como em São Pedro, na calha do Rio Tiquié, o comunicador Ovinho Tuyuka envia seus áudios por pendrive até Pari Cachoeira por algum parente que esteja indo até o distrito de barco. Lá, o comunicador Maguinês Gentil, Tukano, tem condição de enviar os áudios por internet para a sede do município, onde os editores recebem através do grupo de Whatsapp da Rede de Comunicadores e editam na sala de comunicação da FOIRN, com o software livre, Audacity” (ISA, 2021).

Políticas públicas voltadas à democratização do acesso à internet tem grande impacto na rede, como o Gesac- Programa Governo Eletrônico e Serviço de Atendimento ao Cidadão em Cucui, Pari Cachoeira, Iauaretê e Tunuí Cachoeira que possuem sinal de internet via satélite, porém é necessária a expansão do programa para outras localidades (ISA, 2018). Entre os comunicadores, menciona-se a falta de infraestrutura e apoio financeiro para realizar o trabalho como comunicador e de equipamentos próprios para desempenhar as tarefas, alguns chegam a utilizar celulares emprestados de parentes para conseguir gravar e enviar suas notícias. Soluções técnicas alternativas para a ausência de internet em algumas comunidades é a instalação de rádio postes ou radiofonia por ondas eletromagnéticas, como na comunidade de Itakaroá (Lozovei, 2021).

Trama informacional e a prática da comunicação ascendente

A transformação da psicosfera (Santos, 2006) no Alto Rio Negro, ou seja, dos sentidos que são dados aos objetos e sistema técnico e da cultura local, vem sendo percebida como impacto da Rede Wayuri. Claudia Ferraz, do povo Wanano que desempenha a função de locutora e produtora, comenta: “um ponto positivo da nossa Rede até o momento é ver que ela está contribuindo para o aumento do interesse pela política e também fico feliz de saber que o boletim está sendo bem recebido pelas comunidades” (ISA, 2018).

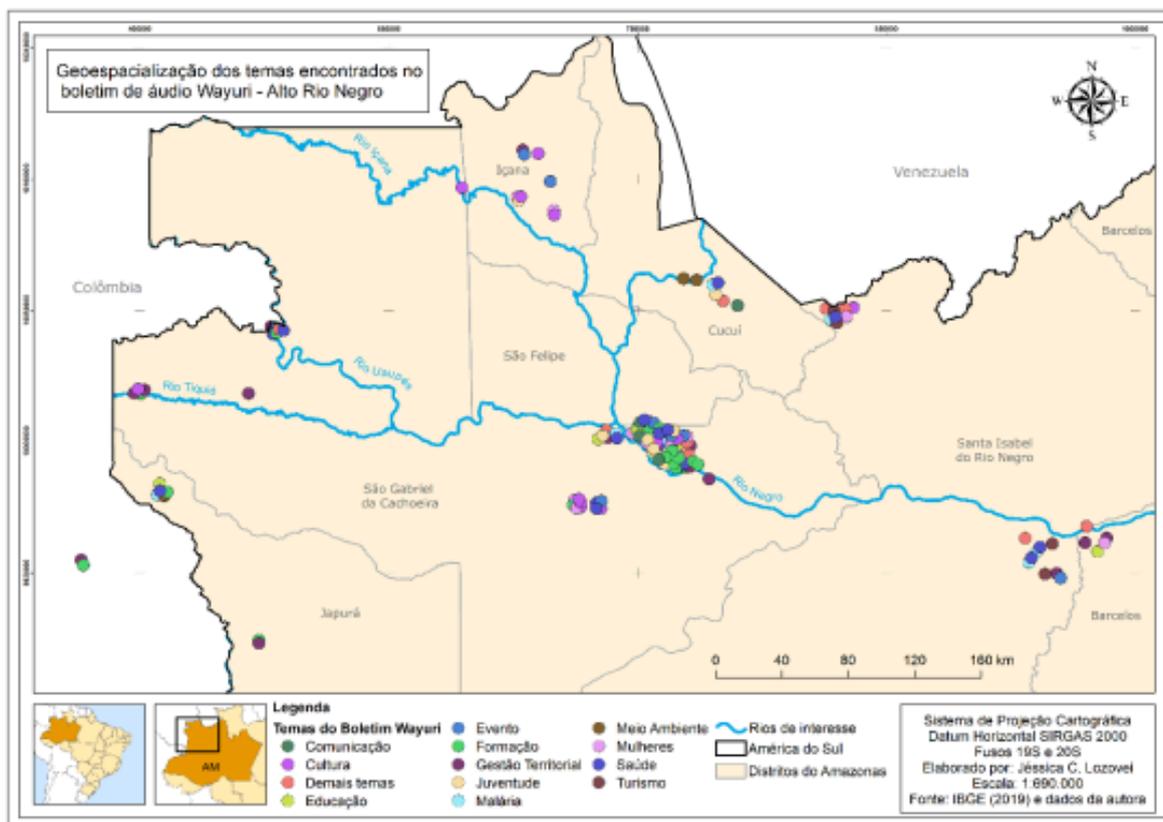
No canal do Áudio Wayuri no Soundcloud e Spotify podemos encontrar séries “especiais” que focam em temas específicos. Entre os episódios há a cobertura de diversos encontros que contam com a participação popular na construção da política indígena: Congresso da COICA - Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, Assembleia da Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro, Oficina sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc) para as Associações Indígenas no Rio Negro, Oficina do Grupo de Trabalho de Elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental, Assembléia Geral Extraordinária da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/FOIRN, oficina Devolutiva do Plano de Manejo Parque Nacional do Pico da Neblina, Assembleia Geral Eletiva da Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuí, além das coberturas das eleições municipais, estaduais e nacionais.

Ao mesmo tempo em que a transformação dos valores populares ocorre a partir da existência da rede de comunicação, essa também é impactada pela valorização da comunidade: “precisamos fazer um trabalho para ficarmos mais conhecidos na comunidade como comunicadores e sermos mais valorizados”, como disse Laura Almeida, Tariana, comunicadora de Assunção do Içana (ISA, 2018).

Esse é um dos traços que nos permitem chamar de Comunicação Ascendente o que é praticado pela Rede Wayuri, que extraem de sua condição de localização um forte laço de solidariedade (Peruzzo, 2006, p. 13), existindo ali uma coesão social que permite a co-participação nas ações sociais. Comunidade “é uma área de vida em comum. Tem que haver vida em comum com a noção de que se compartilha tanto de um modo de vida quanto de terra comum” (Maciver; Page *apud* Peruzzo, 2006).

Lozovei (2021), ao analisar o conteúdo dos doze primeiros podcasts produzidos pela Rede Wayuri, sistematizou a frequência dos temas tratados, no período de 2017 a 2018, com destaques para a Gestão Territorial, mencionada 25 vezes, seguida de Formação e Saúde, abordadas cada uma 19 vezes, Cultura com 18 menções e, Mulheres com 14. O georreferenciamento a partir das localidades mencionadas nos programas originou o mapa ilustrado na Figura 3, que apresenta uma espacialização da informação pautada na proximidade e na localização ao longo do curso dos afluentes do Rio Negro.

Figura 3. Geoespacialização dos temas encontrados no boletim de áudio Wayuri



Fonte: Lozovei (2021)

Segundo Cicilia Peruzzo, a comunicação popular tem caráter mobilizador coletivo, sendo canal próprio de comunicação de movimentos e organizações populares (como a FOIRN), e essas formas de comunicação ascendentes, seja a chamada população, alternativa, participativa, horizontal, todas elas, tem o sentido político semelhante de ser via de expressão dos segmentos excluídos da sociedade, garantindo sua participação política que busca transformar as relações sociais das estruturas opressivas. Porém, o ouvinte ou espectador é a própria população, assim garantindo organicidade e constante transformação pois aquele que recebe a informação também é aquele que de alguma forma a produz, ou ao menos tem essa possibilidade.

Diferenciar o direito à informação do direito à comunicação é necessário pois no caso da Rede Wayuri ambos são garantidos, tanto o direito de receber a informação quanto o de trocar, ter vez e voz na escolha dos temas e sentidos que ela terá. Os sujeitos do lugar são geradores e protagonistas e o aspecto educativo é central no processo comunicativo, seu conteúdo é crítico-emanipador e reivindicativo.

Como exemplo do que é praticado, a Figura 4 ilustra todos os temas mencionados no primeiro Boletim da Rede Wayuri, produzido durante a I Oficina de Comunicadores Indígenas do Rio Negro. Entre os temas tratados destacam-se alguns grandes grupos: (1) notícias sobre eventos e conquistas da organização nas comunidades locais (reforma da maloca, torneio de futebol, projeto Pimenta Baniwa, festa da pupunha); (2) apresentação de questões comuns a todos (como o desinteresse dos jovens pelas medicinas tradicionais) e com muita força as (3) denúncias (demora para o reconhecimento dos direitos à terra, falta de atendimento no hospital, de energia na escola). Observamos a troca entre as partes e o todo, complementaridade e sentido político, além da forte liberdade de expressão, em se dizer o que se pensa e necessita sem filtros opressores.

Figura 4. Diagrama da trama do programa I da Áudio Wayuri



Elaboração Própria. Fonte: Wayuri, 2017.

No mini documentário que apresenta a Rede Wayuri, produzido durante a III Oficina de Formação da Rede Wayuri de Comunicação Indígena (WAYURI, 2019; FOIRN, 2019), apresenta-se a informação de que São Gabriel da Cachoeira é o município com mais casos de malária no Brasil e a Rede produziu campanhas para informar a população acerca dos perigos e

cuidados para prevenir a doença. O mesmo ocorreu durante a pandemia da covid-19, em que foi produzido um áudio de 2 minuto e meio do Doutor Drauzio Varella falando sobre as formas de se prevenir da doença, aconselhando as pessoas a permanecerem em suas comunidades, diminuindo a circulação entre comunidades e cidades mais centrais de rede urbana, que foi tocado nos carros de som, radiofonia e rádios de São Gabriel da Cachoeira. Além disso, foram produzidos podcasts baseados em cartilhas de prevenção do coronavírus em diferentes línguas como Takano e Nheengatu (FOIRN, 2020).

Considerações finais

A violência da informação intrínseca à concentração midiática no Brasil adquire camadas que a tornam cada vez mais complexas, uma vez que poucas ações se efetivam para a mudança dessa situação no país. A carência de regulação do meio digital, no atual período técnico, agrava a concentração midiática que já estava presente nos meios de radiodifusão, sem perspectivas de mudança mesmo com a eleição de governos progressistas. As redes verticais de informação, feitas de cima para baixo, perpetuam as intervenções nos territórios nacionais a partir de interesses externos, reeditando repetidamente a situação de dominação colonial.

Dessa forma, este trabalho procurou abordar teorias e conceitos que nos ajudam a entender a complexa realidade de concentração midiática no Brasil em face das relações geopolíticas, bem como apresentar um breve panorama da situação considerando a mudança paradigmática da radiodifusão para os meios técnicos digitais. Pudemos, assim, apresentar, sistematizar e analisar a atuação da Rede de Comunicadores Indígenas Wayuri, que pratica uma outra forma de comunicação e aponta para a importância e essencialidade de disputar os imaginários através da comunicação ascendente, considerada a capacidade de controle dos meios de informação na transformação social, inscrita e originada nas dinâmicas socioculturais do lugar e dos domínios da vizinhança territorial.

*

Upward communication and used territory: the Wayuri Indigenous Communicators Network

Understanding communication as a human right must take territorial dynamics into account as an important element in analyzing the networks and systems that allow information to circulate. The technical content cannot be dissociated from the social content of the objects that make up information networks. In this sense, the presentation, systematization and analysis of the functioning of the Wayuri Network of Indigenous Communicators of the Upper Rio Negro-AM, which is built on networks of reciprocity in a bottom-up structure - called upward communication - to produce and disseminate information, proposes the inseparability of the production of meaning from the constructed materiality, social relations and the territorial configuration itself - for the right to communication of the indigenous peoples. This network highlights other perspectives for organizing the production of information in new centralities that are “decentralized” from the big centers and close to the plurality of ways of life, for a more egalitarian territorial distribution.

Keywords: used territory; upward communication; networks; Wayuri Network.

★

Referências Bibliográficas

- AIRES, Janaine; DOS SANTOS, Suzy. Coronelismo eletrônico não é uma metáfora: categorização da radiodifusão brasileira. **E-Compós**, v. 26, 2022. DOI: 10.30962/ec.2621.
- ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Território e Regulação** - espaço geográfico, fonte material e não-formal do Direito. São Paulo: Humanitas, 2006.
- ARAUJO PINTO, Pâmela. Políticos donos de mídias: problema histórico permanece no Brasil. In: BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gyssele; PASTI, André (org.). **Quem controla a mídia? dos velhos oligopólios aos monopólios digitais**. São Paulo: Veneta, 2023.
- BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gyssele; PASTI, André. Muitos mundos, poucas vozes: concentração do poder midiático no Brasil. In: **Quem controla a mídia? dos velhos oligopólios aos monopólios digitais**. São Paulo: Veneta, 2023.
- BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DIAS, Leila. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FOIRN. **Rede Wayuri**. 2019. Disponível em <<https://foirn.org.br/rede-de-comunicadores-indigenas-do-rio-negro/>>. Acesso em 4 de dezembro de 2021.

- FOIRN. **Especial Coronavírus (Covid-19)**. 2020. Decreto 003, de 18 de março de 2020, da Prefeitura municipal de São Gabriel da Cachoeira. Disponível em <https://foirn.org.br/especial-coronavirus-covid-19/>. Acesso em 2 dez. 2024.
- FOIRN. **Governança Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Rio Negro**. 2021. Disponível em: <https://foirn.org.br/governanca-territorial-e-ambiental/>. Acesso em 2 dez. 2024.
- FREENET. **Documentário Freenet**. Direção de Pedro Ekman. Produção de Molotov Filmes, Intervezes, Idec, Nupef, ITS, Juliana Bruce, Diogo Moyses. São Paulo, 2016.
- IBGE. **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal**. 27 out. 2023. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em 11 dez. 2024.
- ISA, Instituto Socioambiental. **Desafios da comunicação nas Terras Indígenas do Rio Negro**. 7 jun. 2018. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desafios-da-comunicacao-nas-terras-indigenas-do-rio-negro>. Acesso em 03 dez. 2021.
- ISA, Instituto Socioambiental. **Rede Wayuri comemora três anos de comunicação indígena no Rio Negro**. 3 nov. 2020. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/rede-wayuri-comemora-tres-anos-de-comunicacao-indigena-no-rio-negro>. Acesso em 04 dez. 2021.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE. Regulação dos meios de comunicação: um debate interdito. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 171, out. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-171/>. Acesso em: 5 dez. 2021.
- LOZOVEI, Jéssica. Estudo da Rede De Comunicadores Wayuri: espacialização e territorialidades construídas a partir da comunicação popular. **Revista Contracorrente**. v. 2, n. 17, 2021.
- MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. Bauru: EDUSC, 2000
- MIELKE, Ana. Os desafios do governo Lula para democratizar as comunicações. **Le Monde Diplomatique**, n. 202, 2 mai. 2024.
- PAIVA, Vitor. Rede Wayuri: o coletivo de jornalismo criado por jovens indígenas que faz toda a diferença na Amazônia. **Hypeness**, 11 mar. 2021. Disponível <https://www.hypeness.com.br/2021/03/rede-wayuri-o-coletivo-de-jornalismo-criado-por-jovens-indigenas-que-faz-toda-a-diferenca-na-amazonia/>. Acesso em 04 dez. 2021.
- PASTI, André. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. **Revista EPTIC**, v. 23, n. 2, mai.-ago, 2021.
- PASTI, André. Vozes concentradas: propriedade e consumo de mídia no território brasileiro. In: BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gyssele; PASTI, André (org.). **Quem controla a mídia? dos velhos oligopólios aos monopólios digitais**. São Paulo: Veneta, 2023.
- PERUZZO, Cicília. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. Vitória: Edufes, 2024

- PERUZZO, Cicília. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Brasília-DF: Intercom/UnB, 2006.
- MOM-BRASIL, Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil. **Quem controla a mídia no Brasil?** Disponível em: <<http://brazil.mom-gmr.org/br/>>. 2017. Acesso em: 10 dez. 2024.
- RADLER, Juliana. Rede Wayuri comemora três anos de comunicação indígena no Rio Negro. **ISA, Instituto Socioambiental**, 20 nov. 2020. Disponível em <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/rede-wayuri-comemora-tres-anos-de-comunicacao-indigena-no-rio-negro>>. Acesso em 10 dez. 2024.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SILVA JUNIOR, Nelson Da; DUNKER, Christian Ingo Lenz (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. ano 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- VERNEK, Iago. Mídia alternativa: da concentração às contranarrativas. In: BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gyssle; PASTI, André (org.). **Quem controla a mídia? dos velhos oligopólios aos monopólios digitais**. São Paulo: Veneta, 2023.
- VINELLI, Natalia. Medios alternativos, populares y comunitarios: desigualdades, fomento e incorporación de tecnologías. In: BELTRÁN, Ricardo; BECERRA, Martín (org.). **Sin fines de lucro, con tecnologías y organización**. Buenos Aires: Ricardo Beltrán, 2017.
- WAYURI, **Somos a rede Wayuri**. Produção Rio Negro/AM, 2019. Disponível em <https://youtu.be/jo_gFGSA25c?si=v8Hd2xXtQ2KB81bt>. Acesso em 11 dez. 2024.
- WAYURI. **Quem somos**. Disponível em <<https://redewayuri.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 4 dez. 2021.
- WESTRUP, Ana Carolina; MOTA, Iraildon; DIAS, Mabel. Concentração midiática: por que é tão difícil enfrentar esse desafio no Brasil. **Le Monde Diplomatique**, n. 171, 1 out. 2021.